

RECOMENDAÇÕES

1. Coordenação das OSCs nos programas de desenvolvimento e resposta humanitária

- Criação de uma agenda comum de advocacia centrada nas mulheres, que articule as demandas das várias organizações, redes, colectivos no âmbito da resposta humanitária e programas de desenvolvimento, a partir de entendimentos pautados na diversidade e nas diferenças de necessidades dos vários grupos, com desenho de acções amplas, massivas;
- Repensar as abordagens dos “Clusters” temáticos liderados pelas agências internacionais e a sua articulação com a sociedade civil local, de maneira a estabelecer relações que privilegiam as vozes locais e favoreçam o seu protagonismo;
- Garantir mecanismos de monitoria, prestação de contas e transparência no âmbito dos financiamentos para a segurança, a reconstrução e apoio humanitário, tanto pelo governo como pelas Agências Internacionais e as OSCs, para que as acções possam ser acompanhadas, procurando sempre que possível garantir o envolvimento das mulheres deslocadas e as suas diversas perspectivas;
- Fortalecer sinergias com redes, espaços e canais de direitos humanos, mulheres, paz e segurança a nível regional e internacional, mobilizando lideranças de mulheres deslocadas para participação nos mesmos;
- Investir na formação de especialistas nacionais para a área de emergências e resposta humanitária, privilegiando o Nexus paz - apoio humanitário - desenvolvimento; integrar nesta formação as abordagens críticas e feministas sobre modelos de desenvolvimento;
- Promover os canais e mecanismos existentes de denúncia de abusos e de corrupção a nível local, no âmbito dos programas de resposta e apoio às pessoas deslocadas, incluindo distribuição de donativos, envolvendo mulheres e exigindo prestação de contas por parte do governo.

2. Governação e Participação

- Governação e Democracia Local em contexto de Conflito: aprofundar espaços democráticos, fomentando o direito à oposição, à pluralidade de ideias e perspectivas e a práticas de diálogo;
- O governo deve prover e facilitar o acesso à informação;
- Preparar e formar mulheres quadros políticos e jurídicos em matérias de Segurança e Paz responsivas ao género; garantir que espaços de decisão de alto nível incluam estas lideranças e que as mesmas reflectam sobre as prioridades e demandas das mulheres deslocadas e/ou afectadas pela guerra;
- Advocar por abordagens programáticas que possuam uma lógica integrada/NEXUS Paz - Resposta Humanitária - Desenvolvimento, numa óptica de género – e que possam ser construídas a partir das prioridades materiais, culturais e psicológicas das beneficiárias e beneficiários;
- Envolver mulheres parlamentares e garantir e estabelecer sinergias com elas no âmbito das demandas e necessidades das mulheres deslocadas, para construção de agendas políticas e partidárias que priorizam a realidade de resolução da guerra e contenção do seu alastramento e a reconstrução condigna das famílias afectadas – Paz como necessidade da Democracia – Parceria com a 3ª Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais, Género;
- Visibilizar as reivindicações das mulheres deslocadas em todos os espaços de diálogo, deliberação e tomada de decisão, incluindo o desenho de programas, estratégias, projectos e iniciativas em que estão implicadas;
- Ligações Internacionais e Regionais: Fortalecer sinergias com redes, espaços e canais de direitos humanos, mulheres, paz e segurança a nível regional e internacional, mobilizando lideranças de mulheres deslocadas para participação nos mesmos;
- Promover princípios éticos na condução de pesquisas, inquéritos e levantamentos, envolvendo as pessoas deslocadas; combater a presença extractiva e fatigante e a insensibilidade às questões de género;

- Capitalizar e interligar os vários espaços existentes de participação comunitária, como Espaços Seguros das Mulheres, Comitês Comunitários, Clubes de Paz, Tribunais Comunitários, etc;
- Processos de documentação histórica e memória colectiva – *“a história do conflito armado deve ser contada a partir das histórias das mulheres e das raparigas”*;
- Com base nos levantamentos e inquéritos já realizados, facilitar um *“policy brief”* com as principais necessidades das mulheres deslocadas em cada centro/aldeia de acolhimento estabelecido;
- Estabelecer “pontos de escuta” de rádios comunitárias nos centros de acolhimento para acesso de todos à informação;
- Facilitar “Agendas de (re)assentamentos” e advocacia para estabelecimento e reorganização de (re)assentamentos condignos, que não estejam em zonas vulneráveis às chuvas e outra intempéries, com acesso à água potável, unidade sanitária móvel, escola, espaço seguro das mulheres, etc., incluindo espaços recreativos e seguros para crianças, de acordo com os padrões e critérios estabelecido no âmbito dos Direitos das Pessoas Deslocadas Internamente (Consultar nos anexos Matriz Síntese das Necessidades dos Centros/Aldeias de Acolhimento)
- Garantir a protecção e promoção da diversidade étnica, cultural e religiosas como eixo central do fortalecimento democrático.

3. Agenda Mulher, Paz e Segurança

- Levar as agendas de advocacia nacional no âmbito da paz para o nível internacional através de sinergias e parcerias com redes e organizações regionais e internacionais (Ex: 16 dias de Activismo dedicados inteiramente a visibilizar as violências baseadas no género sofridas pelas mulheres deslocadas; 1 Milhão de Mulheres pela Paz em Moçambique para divulgação de prioridades de advocacia nesse âmbito);
- Formar mulheres especialistas em gestão e resolução de conflitos e pacificação, com enfoque nas relações entre os “vientes” e os nativos, relações interétnicas, intrafamiliares e entre casais, numa perspectiva de género que promova a

diversidade étnica, os direitos humanos e o combate à estigmatização, discriminação e exclusão;

- Promover a capacitação de vários actores-chave e sobre Mulher, Paz, Segurança; Militarismo, Conflito e Extractivismo, assim como Legislação sobre PDIs.
- Promover lideranças femininas nos Clubes de Paz e trazer temáticas sobre não violência, comunicação não violenta e violência baseada no género, mostrando que a Paz deve começar em casa, diversidade étnica e cultural, relações entre famílias “deslocadas” e “nativas”, etc;
- Envolver igualmente mulheres “nativas”, activas na prevenção e mediação de conflitos;
- O Governo deve partilhar informação sobre o conflito de forma regular e sistemática, alertando para potenciais ameaças e riscos, através de rádios e outros meios de divulgação - informando também sobre as suas acções, estratégias e aspectos relevantes;
- Advocacia para iniciar negociações e mediações para diálogo com os grupos insurgentes;
- Valorizar os saberes tradicionais e locais, bem como a história e memória colectiva nas estratégias de resolução e mediação do conflito, para soluções não apenas militares, mas de negociação e diálogo;
- Envolver diferentes grupos e lideranças religiosas na compreensão dos impactos diferenciados da guerra nas mulheres e raparigas e propiciar reflexões sobre o papel das religiões na defesa de princípios éticos e humanos que se baseiam na equidade e igualdade de direitos;
- Criação de um Fórum para se discutirem os direitos das mulheres no processo de construção da paz, principalmente no que se refere à participação nos espaços de decisão;
- Garantir um repositório para os documentos dos vários eventos, webinars, campanhas, estudos relacionados à Agenda de Paz, Mulher e Segurança (o que a Plataforma Digital no âmbito deste estudo pretende conseguir) e sua disseminação e conhecimento público, sobretudo para as organizações da sociedade civil;

- Promover discussões sobre feminismo e paz – e construção de novas abordagens de uma paz positiva que toca nas causas e condições estruturais do conflito, que compreenda o nexus paz - apoio humanitário - desenvolvimento;
- Promover a garantia de direitos socioculturais para as comunidades deslocadas (práticas e costumes) - cerimónias fúnebres, ritos de iniciação e outras costumes relevantes ao bem estar espiritual e social colectivo;
- Garantir lideranças compartilhadas entre homens e mulheres nos centros de acolhimento de modo a acolher tanto as necessidades das mulheres como dos homens;
- Formar os media para sensibilizar sobre a Agenda de Mulher, Paz e Segurança;
- Trazer as agendas de advocacia nacional no âmbito da paz para o âmbito internacional.

4. Acesso a Serviços Sociais

- Compreender qual o papel dos vários sectores sociais e serviços públicos e a sua ligação com a Agenda de Mulher, Paz e Segurança;
- Mobilização de recursos humanos locais para áreas de serviços sociais, com enfoque no apoio psicossocial e serviços integrados de VBG.
- Reforço e criação de serviços móveis integrados (tais como clínica móvel com serviço de VBG, e formatos de ensino para emergência e apoio psicossocial)
- Capacitação dos provedores de serviços em matérias ligadas à Legislação e Direitos das pessoas deslocadas internamente

4.1 Educação

- Programas de bolsas de estudo e subsídios de transporte para ensino secundário que priorizem raparigas deslocadas que perderam acesso à escola secundária e estão em zonas muito distantes das escolas de ensino secundário (podem ser para tal mobilizadas parcerias com sector privado)

- Programas massivos de alfabetização de adultos e jovens mulheres e homens nos centros e bairros de acolhimento, que sejam igualmente programas de empoderamento cívico, via formações em cascata com envolvimento de recursos humanos locais, que integrem componentes de apoio psicossocial e componente de empreendedorismo económico, bem como matérias de VBG, Paz e Resolução de conflitos e outros que assegurem competências básicas de leitura, escrita e numeracia;
- Integrar mais mulheres em programas de formação técnico-profissional que respondam às necessidades comunitárias/locais;
- Garantir escolas primárias e mecanismos de educação informal, acesso a pequenos cursos para crianças e jovens – (incluir grupos de crianças e jovens com deficiência e outros grupos vulneráveis);
- Promover programas de alimentação escolar nas escolas primárias;
- Formação profissional das mulheres em áreas que não seriam aquelas tradicionalmente ocupadas por elas.

4.2 Saúde

- Fortalecer a provisão de brigadas ou clínicas, móveis ou outras formas de “serviços móveis” que se desloquem às aldeias e centros de acolhimento, que providenciam regularmente serviços de saúde sexual e reprodutiva (com atenção para doenças crónicas como HIV) e saúde femininas, e que alcancem igualmente as comunidades nativas;
- Promover sistemas de protecção à gravidez, ao parto, à amamentação e atenção à saúde do recém-nascido, mulheres e raparigas com deficiência e com problemas de saúde crónica;
- Promover intervenções e campanhas de gestão menstrual mais adaptadas/específicas a cada contexto e que incluam mulheres e raparigas deslocadas no seu desenho e implementação.

4.3 Protecção Social

- Programas de protecção social e subsídios para famílias de acolhimento;
- VBG: Garantir o estabelecimento de Centros de Apoio Integrado à Víctima na província, priorizando os distritos com mais famílias deslocadas;
- Desenvolver programas e estratégias de protecção social a crianças órfãs, famílias e mulheres cuidadoras de crianças órfãs (priorizando o seu acesso à educação, saúde e tratamento condigno); promover mecanismos para denúncia de abusos de maus-tratos a crianças e raparigas;
- Programa de reunificação familiar e apoio às crianças órfãs, raptadas e recrutadas à força para combater.

4.4 Apoio Psicossocial

- Estabelecer um Plano de Atenção Psicossocial – incluindo uma plataforma para articular todas as acções de âmbito de apoio psicossocial, com base em abordagens de género que diferenciam necessidades específicas de mulheres e homens e que tomem em consideração experiências existentes no país e internacionalmente - transversalizar o apoio psicossocial nas principais acções levadas a cabo pelas organizações;
- Mobilizar e desenvolver estratégias de formação massiva e ampla de mulheres deslocadas e “nativas” para alívio de trauma e competências básicas em apoio psicossocial; direccionar também apoio psicossocial com abordagens específicas para homens e rapazes que toquem na transformação de masculinidades violentas, para prevenção de formas de VBG e promoção de paz, bem como garantir abordagens específicas para grupos mais vulneráveis como pessoas com deficiências e crianças órfãs;
- Alívio de Trauma e Apoio Psicossocial e Terapias Comunitárias: Promover acções de apoio psicossocial baseadas nos saberes tradicionais, práticas artístico-culturais como recursos terapêuticos endógenos – fomentação de actividades artístico-

culturais (dança, música, artesanato, cestaria) que possibilitem também fontes de geração de renda;

- Promover acções de saúde mental, auto-cuidado e terapias colectivas de inter-apoio psicossocial para os activistas, mobilizadores, assim como provedores dos serviços sociais e organizações de mulheres actuando na linha de frente em iniciativas de apoio às pessoas deslocadas, centradas nas necessidades específicas de mulheres e homens;
- Investir e promover programas de liderança e empoderamento pessoal, baseados em metodologias feministas e freirianas, que trabalhem o desenvolvimento e fortalecimento pessoal e interior das mulheres;
- Resgatar e adequar experiências e materiais elaborados durante períodos como a guerra civil e as cheias de 2000, e outros mais recentes sobre apoio psicossocial em emergência;
- Articulação com universidades e institutos de formação técnica para integração de conteúdos de assistência psicossocial e alívio de trauma em contexto de emergência, para criação a médio e longo prazo de programas de estágio que permitam envolvimento de estudantes e recém-formados em cursos de Psicologia e Assistência Social.

4.5 Serviços de resposta integrada à Violência Baseada no Género

- Priorizar e agilizar o acesso à Justiça através do aumento de formações de mulheres activistas Paralegais – parcerias com a Comissão Nacional de Direitos Humanos e outras estruturas tais como o IPAJ, tribunais comunitários, etc, garantindo abordagens de género sobre a justiça que desafiam normas patriarcais;
- VBG: Garantir o estabelecimento de Centros de Apoio Integrado à Vítima na província, priorizando os distritos com mais famílias deslocadas (ex. Metuge, Montepuez, Pemba);

- Fortalecer o Mecanismo Multissectorial de VBG e seus principais actores e coordenação, em todos os níveis distrital e provincial;
- Melhorar a documentação de casos de crimes sexuais de guerra e outras formas de VBG, realizando o rastreamento de casos através das clínicas ou brigadas móveis de saúde e outras acções comunitárias de sensibilização e apoio psicossocial;
- Garantir a integração de pontos focais dos centros de acolhimento no Mecanismo Multissectorial de VBG; garantir o encaminhamento para apoio psicossocial às sobreviventes de VBG;
- Garantia de atenção integral à saúde das mulheres vítimas de violência sexual e seus familiares durante o período de diagnóstico, tratamento e protecção; promoção de mecanismos de denúncia e referência dos casos;
- Criação e manutenção de casas de acolhimento para sobreviventes de VBG mais vulneráveis, de todas as idades;
- Mobilizar recursos para financiamento das linhas existentes locais de denúncia (Linha 148, Fala Criança, linha do Gabinete de Atendimento à Família, Menores Vítimas de Atendimento);
- Criação de uma Equipe Técnica investigativa para esclarecer os casos de violência sexual, exploração sexual e abusos ocorridos no conflito em curso, tanto por parte das forças militares nacionais e estrangeiras, como por parte dos insurgentes, para devido seguimento criminal; promover um discurso de “não à impunidade!” – Comissão de Direitos Humanos etc. (Documentação de crimes de guerra baseados no género);
- Igualmente, fazer seguimento e denunciar os casos de abuso e exploração sexual por membros de organizações prestadoras de ajuda humanitária, fazendo com que se apliquem as penas previstas nos códigos de conduta internacionais e na legislação nacional;
- Os programas devem considerar, nas suas abordagens de sensibilização sobre VBG e direitos das mulheres e raparigas, as discrepâncias existentes entre os discursos da população e as suas reais práticas quotidianas no que diz respeito às normas e costumes culturais nocivos, como o caso das uniões prematuras, de modo que as metodologias usadas possam operar transformações profundas e não superficiais.

5. Programas de Desenvolvimento e Reconstrução

- Revisão dos PES e outros instrumentos-chave como o Plano de Reconstrução com base nas transformações demográficas da província e com abordagens de género e prioridades das famílias deslocadas e famílias de acolhimento, garantindo a participação significativa destes grupos;
- Reforçar o dever das instituições do estado, como a ADIN, em garantir uma participação efectiva que se reflecta na construção de programas e abordagens que traduzam a diversidade de ideias e perspectivas das famílias deslocadas, numa abordagem de género.

6. Acesso e Gestão de Recursos Naturais e Terra em contexto de crise ecológica e mudanças climáticas

- A gestão transparente dos Recursos Naturais (RN), canalização das receitas aos distritos e comunidades continua central e deve ser articulada com os processos de reconstrução e paz, a partir de acções que mobilizem e organizem mulheres na gestão de RN;
- Privilegiar Recursos Humanos da província e zona norte e formá-los para a sua integração nas várias iniciativas e programas humanitários e de desenvolvimento;
- Estratégia clara de redistribuição de terras na província, enfatizando-se a necessidade da “devolução” ou “restituição” de terras e reorganização da actividade agrícola, com incentivos a cooperativas de mulheres camponesas; que esta redistribuição atribua 50% das terras às mulheres – acesso a DUATs;
- Programas de (re)assentamento com o propósito de proteger o meio ambiente, de fortalecer a produção alimentar local – créditos agrícolas, instrumentos e insumos agrícolas, etc., abrangendo mulheres; projectos agro-florestais e agricultura ecológica – que visam fazer face ao elevado desmatamento provocado pela indústria madeireira e outras acções extractivas;
- Promover a liderança de mulheres e colectivos para a Gestão de Recursos Naturais – e formações na área de mudanças climáticas.

7. Fortalecimento Económico das Mulheres

- Integração do sector privado e instituições financeiras no processo de reconstrução da província de Cabo Delgado: ex. abertura de linhas de crédito bonificado para mulheres deslocadas e outros grupos vulneráveis; regulamentação de preços de bens e produtos básicos que inflacionaram devido aos “cheques de apoio”;
- Investimentos em programas de agricultura ecológica, ecoturismo, energias renováveis, orientados para diversificação económica e modelos de pequenos negócios locais liderados por mulheres;
- Realização de fóruns para construção de estratégias de empoderamento económico das mulheres deslocadas e não só, para ampliação das suas habilidades e actividades prévias, identificação de iniciativas e práticas de economias solidárias e sustentáveis em diversas áreas – e que respondam às necessidades dos contextos de desenvolvimento rural; discutir e propor modelos e linhas de financiamento e crédito a nível local, distrital e provincial; estabelecer, neste âmbito, parcerias com o sector privado local e nacional (médias e pequenas empresas locais), para fomentar as economias locais;
- Fomentar cooperativas económicas de mulheres, modelos locais de poupanças comunitárias, xitiki e outros, através de linhas e abordagens de financiamentos;
- Criação de programas de reordenamento e acesso à terra, aos bens e serviços produtivos e sociais;
- Revisão do PRCD - Promoção de programas de desenvolvimento para aldeias e centros de acolhimento e a integração de regiões afectadas pelo conflito em paralelo com os processos de pacificação e segurança nestas regiões, com mecanismos estabelecidos participação das populações deslocadas e comunidades nativas;
- Acesso à energia nos centros de acolhimento por via de painéis solares, em zonas que ainda não estejam electrificadas;
- Plano para melhoramento e resiliência das habitações nos centros de acolhimento/(re)assentamentos, baseados em cooperativas de produção de materiais de construção, envolvendo formas de geração de renda para famílias deslocadas;

8. Recomendações para o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil, particularmente de nível local e lideradas por mulheres e jovens

- Promover acções de reconhecimento público de organizações e colectivos de mulheres - através de prémios; destacar não apenas “campeãs” numa lógica mais individualista, mas também os colectivos de mulheres engajados;
- Promover a difusão do trabalho realizado pelas mulheres enquanto agentes políticas;
- Desenvolver estratégias de protecção e segurança que atendam aos riscos específicos de mulheres mobilizadoras, activistas e actuanes na defesa dos direitos humanos e das mulheres, líderes locais, mulheres membros de organizações – face a eventuais ameaças, formas de discriminação, estigmatização social, etc;
- Fortalecimento e apoio às OCBs, cooperativas e organizações das mulheres, em recursos e ferramentas, e acesso às novas tecnologias, bem como conhecimentos em matérias de direitos humanos, de pessoas deslocadas internamente, gestão de conflitos, VBG em contexto de guerra, gestão de recursos naturais - via apoio à construção de movimentos e alianças ou coligações entre as várias organizações comunitárias.